

Desespero não poupa nem Covas

Olímpio Cruz Neto
Da equipe do **Correio**

No desespero de evitar a instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito encarregada de investigar indícios de corrupção, o governo aceitou passar por cima mesmo de um dos seus maiores ídolos. A pedido do presidente Fernando Henrique Cardoso, o presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), adiou a sessão do Congresso que estava marcada para hoje, como última cartada que ainda lhe cabia para adiar a CPI. Para viabilizar a manobra, Fernando Henrique e Jader ignoraram que a sessão se destinava a prestar uma homenagem ao ex-governador de São Paulo Mario Covas. Os convites para a sessão já estavam distribuídos. O anúncio do adiamento pegou a família de Covas em São Paulo, dentro do avião, prontos para viajar para Brasília.

A manobra, porém, dará ao governo o último fôlego ainda possível. Hoje, às 15h, será entregue pelos partidos de oposição o requerimento para a instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito encarregada de investigar indícios de corrupção no governo federal. O pedido será entregue com quase 200 assinaturas de deputados e 30 de senadores. Graças à manobra de Jader, porém, na prática a CPI ficará adiada. Por ser mista — com deputados e senadores — a CPI só poderia ser instalada numa sessão conjunta do Congresso. Apesar do adiamento, a oposição manterá a festa programada com a presença de figurões da política nacional e da sociedade. Depois disso, os governistas admitem: a comissão de inquérito começará a esmiuçar cada indício de corrupção surgida na Esplanada.

No final da sessão plenária do Senado, ontem, Jader anunciou para a próxima quarta a sessão do Congresso. A manobra de Jader desagradou a oposição. "Fica evidente que o Jader não tem condições de diri-

gir o Congresso. Estamos no quinto mês da legislatura e até agora ele não fez uma reunião do Congresso. Está sob fogo cruzado", criticou o líder do PT na Câmara, Walter Pinheiro (BA). Apesar da ducha de água fria, a oposição manteve a decisão de protocolar hoje o requerimento à Mesa do Congresso.

Além da presença dos líderes dos partidos e de parlamentares, inclusive da oposição, representantes de organismos da sociedade civil como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), União Nacional dos Estudantes (UNE) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), além de líderes evangélicos, estarão presentes ao ato

público que será realizado no Salão Verde da Câmara.

PRESENCAS CONFIRMADAS

Alguns presidenciáveis também marcarão presença. É o caso do governador de Minas Gerais, Itamar Franco (PMDB), do petista Luís Inácio Lula da Silva, dos ex-governadores Miguel Arraes (PSB) e Leonel Brizola (PDT). O ex-ministro da Fazenda Ciro Gomes (PPS) ainda não confirmou se comparecerá ao ato. Os líderes oposicionistas acham difícil o Palácio do Planalto conseguir, a essa altura, que os deputados dos partidos da base governista retirem suas assinaturas. "A pressão da opinião pública será muito grande.

Estão todos atentos ao que está acontecendo", disse o líder do PT no Senado, José Eduardo Dutra (SE). "A pressão do Palácio está surtindo o efeito contrário. A cada dia mais deputados da base governista aderem à instalação da CPI. Essa batalha, o governo já perdeu", declarou o deputado José Roberto Batocchio (PDT-SP), que esteve reunido ontem com outros líderes da oposição e dissidentes da base governista.

Ontem, ao chegarem das suas cidades, os parlamentares governistas, como o senador Arlindo Porto (PTB-MG), foram recebidos no Aeroporto de Brasília com rosas vermelhas por grupos de sindicalistas. A lista de adesões à CPI já contabiliza 186 deputados, mas ainda ontem al-

guns governistas avisaram que iriam assinar o requerimento.

Correndo contra o relógio, o governo pressiona os partidos da base a impedir que as assinaturas de seus parlamentares seja mantida. Mas é difícil reverter o quadro. Mesmo a manobra da cúpula do PFL, que recomendou ontem aos deputados e senadores que assinassem a retirar o apoio à CPI, parece não ter surtido efeito. O PMDB, que tem mais de 31 deputados e senadores entre os signatários do pedido, já jogou a toalha. O líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), afasta a possibilidade de sanções aos infiéis ao governo. "O PMDB é democrático e não vai constranger nenhum parlamentar", disse.

■ COLABOROU DANIELA NAHAS

Nehil Hamilton



ARLINDO PORTO: AO CHEGAR NO AEROPORTO DE BRASÍLIA, FOI RECEBIDO COM ROSAS VERMELHAS DADAS DURANTE MANIFESTAÇÃO DE SINDICALISTAS